

QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE E A OCUPAÇÃO DA “TERRA PROMETIDA”

Wagner Gervazio¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²
Delmonte Roboredo³

Sessão: Questões ambientais e desenvolvimento rural

Resumo - As belezas cênicas do grande mosaico Amazônia no norte mato-grossense, foram sendo substituídas por paisagens agropecuárias. A sua história de ocupação, remete-nos a história da “terra prometida”. Assim, nosso estudo oferece reflexão sobre a questão agrária e a ocupação da Amazônia norte mato-grossense. Verificamos, através de revisão de literatura e de pesquisa exploratória que este projeto político-ideológico de ocupação foi arquitetado e imposto pelas estratégias do Estado em conjunto com o capital na região, cujas informações foram validadas com lideranças dos assentamentos rurais. O processo de ocupação dos espaços considerados “vazios”, se deu, em boa parte, por meio da colonização privada. Dessa forma, os indígenas, os posseiros e aqueles que chegaram em busca de terra e de trabalho foram expropriados. Nessa região, grandes quantidades de terras foram compradas, griladas ou ocupadas por latifundiários, grileiros, fazendeiros e empresários, predominando a grande concentração de terra. A ideia era tornar as populações expropriadas em proletários para servirem ao capital instalado na região. A definição pela colonização privada fazia, portanto, parte do conjunto de estratégias políticas que davam ampla margem de movimento ao capital das empresas particulares. Atualmente vivemos uma nova fase de “desenvolvimento” na região. Agora, as belezas cênicas são substituídas pelas cidades através do êxodo rural e da especulação imobiliária e pela construção de usinas hidrelétricas.

Palavras-chave: Amazônia, Assentamentos, Colonização privada, Processo de ocupação.

¹ Doutorando em Engenharia Agrícola da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil;

² Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil;

³ Professor Efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Alta Floresta, Mato Grosso, Brasil.

INTRODUÇÃO

Acreditamos que a história da ocupação da Amazônia norte mato-grossense, colonizada pelas diferentes classes sociais, em especial dos trabalhadores, homens e mulheres camponeses, remete-nos a uma história bíblica, a busca do povo hebreu pela “terra prometida onde correria leite e mel”. Este projeto político-ideológico de ocupação, “foi arquitetado e imposto pelas estratégias do Estado em conjunto com o Capital na região, vestido da lógica da expansão capitalista, fruto da super exploração da natureza e da força de trabalho, com o intuito de concentrar terra e riqueza” (PICOLI, 2006).

Essa história, não diferente da colonização do Brasil, foi realizada à custa de muito sangue derramado; da extinção de muitas espécies vegetais e animais e da destruição de diferentes ecossistemas regionais. O sangue dos povos da floresta e de tantos outros povos (em especial dos garimpeiros e posseiros), se misturaram ao solo, à floresta, às águas e ainda “correm pelos vastos rios da região”.

Nessa região, grandes quantidades de terras foram compradas, griladas ou ocupadas por latifundiários, grileiros, fazendeiros e empresários, predominando a grande concentração de terra (PICOLI, 2006). A grilagem (apropriação privada irregular ou ilegal de terras públicas), tem sido uma regra na formação da propriedade privada rural no Brasil e não diferente na Amazônia em diferentes momentos históricos (IPAM, 2006). Dessa forma “toda parte norte de Mato Grosso se constituiu no ‘paraíso’ das empresas colonizadoras” (GUIMARÃES NETO, 2002, p.24).

Sendo assim, a abertura da fronteira agrícola no norte do estado de Mato Grosso (MT), com absoluto controle sobre o território, através da colonização privada, desencadeou uma “corrida desenfreada” de milhares de trabalhadores e suas famílias influenciadas pelos instrumentos de propagandas a migrarem para buscarem um pedaço de chão (VIEIRA, 2005), a conquistarem a “terra prometida”. Num processo de desterritorialização (COSTA, 1995), aconteceu a transferência do camponês do sul do Brasil para a Amazônia (ZART, 2005).

Esse processo de (re) ocupação, com recursos públicos, executado de forma predatória, provocou uma transformação social e ambiental radical na Amazônia norte mato-grossense (SOUZA, 2012). Atualmente, essa terra em grande parte, está ocupada por pastagens e por enormes extensões cultivadas com soja, milho e algodão (BARROZO, 2010). Ou seja, o grande mosaico Amazônia foi e está sendo substituído pela agropecuária, pelas cidades através do êxodo rural, pela especulação imobiliária e pela construção de usinas hidrelétricas.

A realização do nosso trabalho se justifica tendo em vista que se desconhece pesquisas que tenham sido realizadas na Amazônia norte mato-grossense, sobre a discussão da questão agrária na região. Acreditamos que a maioria das pesquisas planejadas e realizadas está em consonância com o desenvolvimento do agronegócio. Este tem agravado ainda mais a concentração de renda e terra na Amazônia.

Realizamos esta pesquisa em oito municípios da Amazônia norte mato-grossense, a saber: Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte. Buscamos informações desses municípios através da literatura e validamos as informações com lideranças (agricultores familiares) dos assentamentos rurais, em pesquisa exploratória durante os meses de março a maio de 2016.

Diante disso, nosso trabalho propõe uma abordagem sobre a questão agrária e sobre o processo de ocupação da Amazônia norte mato-grossense, visando compreender como se deu o processo de concentração fundiária, contribuindo assim, com a discussão acerca da reforma agrária, assunto este tão “esquecido” na região.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS “ESPAÇOS VAZIOS” DA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE – A CONTRARREFORMA AGRÁRIA

O processo de ocupação dos “espaços vazios” da floresta amazônica, se deu, em boa parte, por meio da colonização dirigida privada na década de 1960. O Estado brasileiro disponibilizou uma grande região para os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais, apoiados por incentivos fiscais. Os verdadeiros donos dessa região, os povos indígenas, foram quase que em sua totalidade, dizimados, expropriados por verdadeiros genocídios⁴ (PICOLI, 2006), não diferente dos posseiros, garimpeiros que sonhavam com a “terra prometida”.

A ocupação da Amazônia mato-grossense iniciou-se durante o regime militar fruto de uma política que preconizava a “integração” da Amazônia ao restante do país. O discurso era o de “integrar para não entregar”; ocupar os “espaços vazios”, fazer um “reajuste demográfico” incorporado ao programa “Marcha para Oeste”, na década de 1930, com o então presidente Getúlio Vargas (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 25).

É com essa ideia de “Marcha” que os trabalhadores deixaram seus estados de origem em busca da “terra prometida”. Na visão dos trabalhadores, uma terra de riqueza, fartura, em que tudo que se plantava, dava, onde “correria leite e mel”. Estes povos eram vistos como heróis, guerreiros, pois com muita coragem e determinação enfrentavam a floresta “selvagem”.

Desse modo, o governo militar, trabalhou para efetivar a integração da Amazônia ao restante do Brasil com a ideia de “Integração Nacional” voltada para disciplinar e ordenar o processo de ocupação, fundamentada na concepção militar de “Segurança Nacional” (GUIMARÃES NETO, 2002). O golpe militar, foi a forma como as forças conservadoras “equacionaram” inúmeras questões, como a reforma agrária (VIEIRA, 2003).

Diversos programas foram criados para esta efetiva “integração nacional”. Dentre eles o projeto Sudam⁵ (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que foi criado exclusivamente para beneficiar o grande Capital, no qual representava o poder econômico e político no Brasil efetivando a acumulação de riqueza e terra na região, por meio da expansão da nova fronteira agropecuária, extrativista e industrial (PICOLI, 2006).

A imagem divulgada era de que o Estado estava realizando a reforma agrária. Porém, os incentivos fiscais efetivaram uma contrarreforma agrária, uma vez que aumentou a concentração de terras no ano de 1975 (PICOLI, 2006). Dessa forma, a colonização dirigida, reforçou e consolidou o desenvolvimento do capitalismo e também contribuiu para a modernização da agricultura, opondo-se, assim, à reforma agrária (VIEIRA, 2003), ou uma contrarreforma agrária (ZART, 2005).

Os indígenas, os posseiros e aqueles que chegaram em busca de terra e de trabalho, foram expropriados. A ideia era tornar as populações expropriadas em

⁴ Os indígenas foram as grandes vítimas da expansão da última fronteira agropecuária do pós-1964...boa parte desses povos foi exterminada, vítima de doenças do contato com a civilização, sendo que muitos assassinados covardemente (PICOLI, 2006). Jogaram, de avião, roupas e brinquedos contaminados com vírus de gripe e sarampo. Noventa por cento da aldeia morreu (PORTELA e OLIVEIRA, 1991, p.18 apud PICOLI, 2006). Os primeiros moradores da região são povos indígenas de diferentes etnias, como os *apiakás*, *mandurukus*, *kayabis*, *rikbatsa* e *kreen-aka-rorê*. Com o processo de colonização da região os índios, alguns de forma pacífica outros como resultado de conflitos armados, foram transferidos para áreas demarcadas no município de Juara e para o Parque Nacional do Xingu, onde tentam reestruturar-se (OLIVAL, 2005).

⁵ Em 2001 foi extinta e no mesmo ano foi criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, com as mesmas finalidades: o “desenvolvimento” da Amazônia.

proletários para servirem ao capital instalado na região (PICOLI, 2006). O objetivo de transferir os homens sem-terra para “as terras sem homens”, era de fornecer força de trabalho, até então inexistente, para os projetos agro minerais e agropecuários dirigidos por grandes empresas (CAVALCANTE, 2006).

A partir dos anos de 1970, o processo de ocupação da Amazônia, ficou mais evidente. Foi promovido através de três formas: a colonização espontânea, a dirigida pelo Estado e a promovida pelas empresas privadas. De todos os projetos de colonização realizados no estado do Mato Grosso, 90% dos projetos foram de caráter privado (ARRUDA, 1997).

No Mato Grosso, a forma mais destacada de ocupação foi através da profunda e intensa atuação de capitais privados, valorizando e integrando o estado à lógica da reprodução do capital (VIEIRA, 2003). Por meio da SUDAM, nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados no estado 268 projetos de colonização intermediado por empresas, dos quais 84,9% eram projetos agropecuários (LAMEDO e FIGUEIREDO, 2008). A aquisição das terras se deu das seguintes formas: através da compra de terras pelos posseiros, da aquisição direta dos governos federal e estadual e através da indústria da grilagem, via crime organizado (PICOLI, 2006).

A região desse estudo foi ocupada por duas colonizadoras privadas a saber: Colonizadora Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização) e a colonizadora Colíder (Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional). A definição pela colonização privada fazia, portanto, parte do conjunto de estratégias políticas que davam ampla margem de movimento ao capital das empresas particulares (GUIMARÃES NETO, 2002), além de negar o acesso à terra aos trabalhadores rurais, que foram transformados em migrantes, retirantes e colonos (VIEIRA, 2003).

Formação histórica dos municípios da Amazônia norte mato-grossense

Os municípios da Amazônia norte mato-grossense surgiram a partir da capital Cuiabá. Na década de 1970, a abertura da BR-163 (Cuiabá/Santarém) possibilitou as colonizadoras o acesso para todos os municípios do norte do MT. Ao longo dos anos, os municípios foram sendo desmembrados e emancipados. Os municípios de Paranaíta, Apiacás, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Carlinda, surgiram de Alta Floresta. Já Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte, surgiram de Colíder. Nova Guarita pertencia à Terra Nova do Norte (Figura 1). A colonização desses municípios se deu a partir de duas formas: uma da colonização privada e dirigida e a outra de projetos de assentamentos do INCRA.

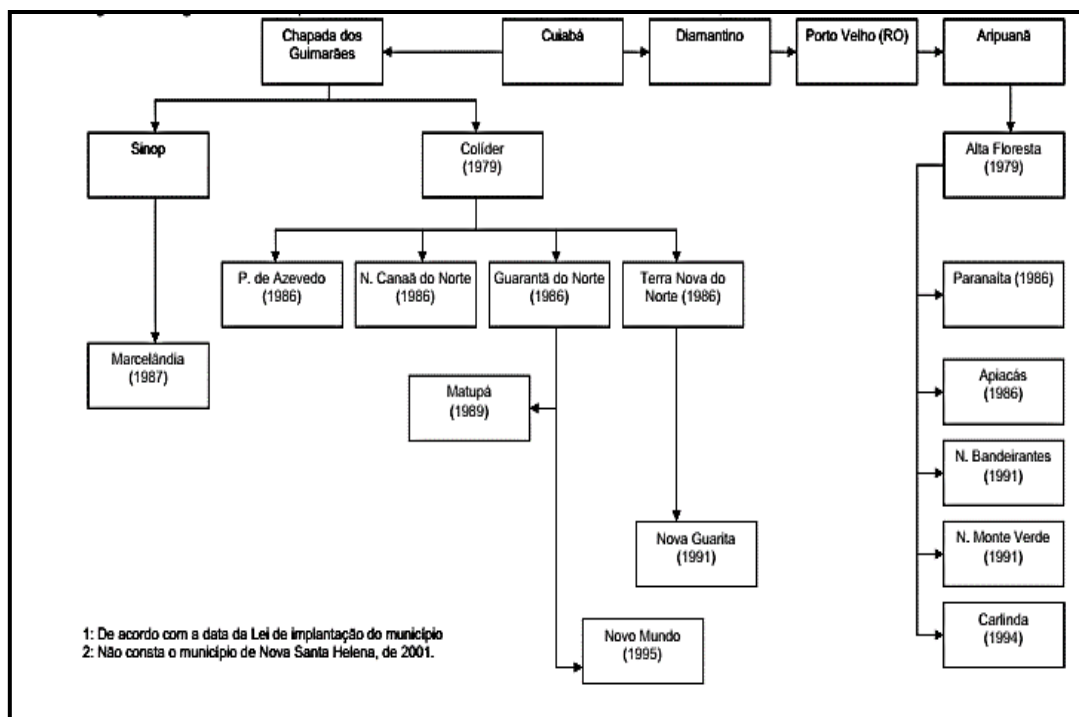


Figura 01. Origem dos municípios da Amazônia norte mato-grossense. Fonte: Olival (2005).

Os projetos de colonização privada e dirigida da região de Alta Floresta (Figura 02), estavam baseados no desenvolvimento da agropecuária, em especial a agricultura familiar. A ideia era implementar um modelo próximo ao modelo de propriedades da região sul do Brasil. A população era proveniente basicamente das regiões de “tensão agrária”, principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul. Estes moradores deixaram suas áreas que foram alagadas por hidroelétricas e demarcadas para os povos indígenas (OLIVAL, 2005).



Figura 02. Início da colonização da Amazônia norte mato-grossense. Década de 1970. Cidade de Alta Floresta. Fonte: Acervo de fotos da INDECO.

Por outro lado, alguns municípios como Carlinda, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, foram fruto de Projetos de Assentamentos do INCRA, sempre em parcerias com outras instituições como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a Cooperativa Tritícola

de Erechim (COTREL) e a Coopercana (OLIVAL, 2005). A formação destes assentamentos também se deu basicamente por colonos provenientes dos estados do Sul.

Na década de 1980, surge na região uma corrente migratória, consequência do garimpo de ouro (Figura 03). A fase do garimpo paralisou quase que por completo o desenvolvimento da agricultura. As áreas auríferas, rios e margens foram praticamente dizimados com prejuízos ao meio ambiente natural com sequelas até hoje irreparáveis. Desestruturou social e economicamente a maioria das famílias. Os garimpos desmantelaram as frágeis estruturas colonizadoras ainda em fase de consolidação.



Figura 03. Garimpo da Amazônia norte mato-grossense. Apiacás, 1988. Fonte: Cícero Tavares.

Um enorme contingente de população migrou para a região (Figura 04). Chegaram à região, milhares de pessoas principalmente do Norte e Nordeste, em busca do rápido enriquecimento. Isso provocou uma conhecida e inevitável "corrida do ouro". Muitos colonos recém-chegados dos Estados do Sul, trazidos pelas colonizações públicas ou privadas, para os projetos de assentamentos agrícolas, tornaram-se garimpeiros.

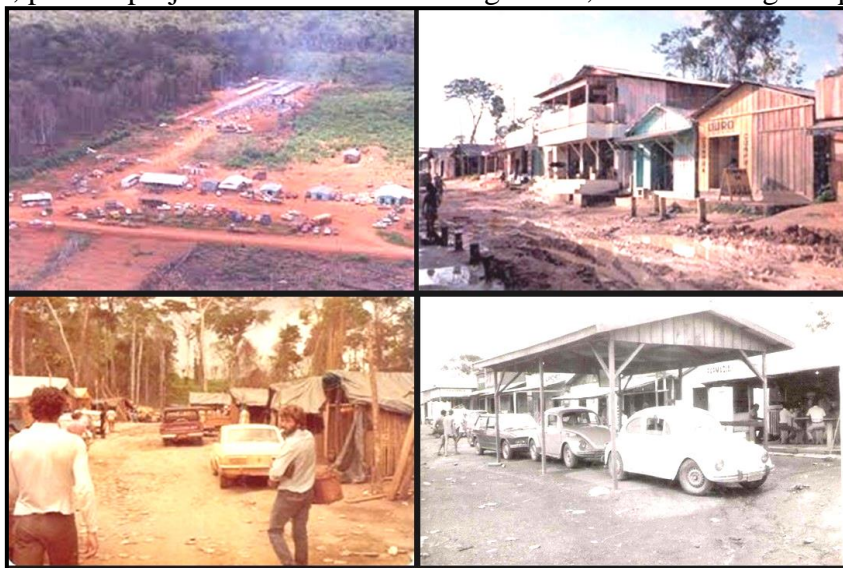


Figura 04. “Corrida do ouro” nos municípios de Peixoto de Azevedo, Apiacás e Alta Floresta na Amazônia norte mato-grossense. Década de 1970. Fonte: Cícero Tavares.

A descoberta do ouro gerou nos colonizadores o medo, não apenas da invasão ao espaço de colonização, mas a perda do controle da terra e dos trabalhadores agrícolas (RIBEIRO, 2008). A solução para resolver esse conflito, nas palavras de Ribeiro (2009) produziu alguns dos episódios mais violentos da história de ocupação recente do norte de MT, um violento confronto conhecido como “taca”⁶.

Após o fim dos garimpos em grande parte do território, os nordestinos se estabeleceram como agricultores ou como mão de obra barata para as indústrias de madeira. Em contrapartida fez surgir rapidamente o comércio destinado a atender a demanda que a produção de ouro exigia.



Figura 05. Cidade na região da Amazônia norte mato-grossense na década de 1970 (a esquerda) e década de 2000 (a direita). Fonte: Cícero Tavares

Concentração fundiária na Amazônia norte mato-grossense

Segundo Fernandes (2000), o governo militar realizou sua política agrária sem alterar a fundiária. O processo de “ocupação” da Amazônia norte mato-grossense foi marcado pela transferência das terras devolutas do Estado para o domínio da propriedade privada (MORENO, 1993).

Por meio da articulação do governo federal e estadual, foram criados mecanismos institucionais e jurídico-políticos de acordo com os interesses do Estado. O resultado foi uma política que induziu a monopolização da propriedade privada da terra de latifundiários, capitalistas particulares e grupos econômicos através da compra da terra para estocagem ou especulação, resultado de políticas que serviram para premiar e pagar favores e condicionando a terra a favor da reprodução do território em bases capitalistas (CAVALCANTE e FERNANDES, 2006, p.115).

Neste cenário agrário, as políticas de distribuição, legalização e venda de terras associadas, resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão; o Mato Grosso apresentou um dos maiores índices de concentração fundiária do país (CAVALCANTE e FERNANDES, 2006), além da baixa produtividade e do não cumprimento da função social da terra (SOUZA, 2012). Assim, a ocupação da Amazônia mato-grossense (e brasileira) está inserida num processo histórico de disputas, interesses

⁶ “Taca” era uma prática de violência, usada como sinônimo de correia, relho, mangá. Por isso passaram a se referir ao confronto ocorrido entre garimpeiros e colonos, no final de 1979 em Alta Floresta – estes últimos mobilizados pelos colonizadores – como a “Grande Taca”. A expressão “Olha a Taca!” passou a ser, desde então, importante instrumento de controle no espaço da colonização (RIBEIRO, 2001, p.11, apud PERIN, 2015).

e contradições pela questão agrária, fundiária e ambiental (SOUZA, 2012). O Mato Grosso ainda é um dos estados que apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do país (CAVALCANTE e FERNANDES, 2006).

Uma das formas mais “comuns” de concentração fundiária da Amazônia norte mato-grossense é a grilagem, apesar de não ser um fenômeno restrito à região amazônica. De acordo com estimativas conservadoras do governo federal, o total de terras no país sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares (IPAM, 2006). O Mato Grosso foi praticamente em grande parte grilado de forma legalizada (OLIVEIRA, 2006). A grilagem de terras transformou-se em um dos meios mais poderosos para a dominação fundiária na Amazônia por madeireiros, criadores de gado, especuladores agrários para explorar terras públicas (LOCATELLI, 2005).

A pecuária e, mais recentemente, a soja são, na maior parte do tempo, sucedâneas da extração madeireira e consolidam a privatização de áreas públicas. O esgotamento da madeira conduz ao loteamento e à revenda de terras (não tituladas ou até em terras indígenas, como no caso dos *Apiterèwa*), cujos lucros muito frequentemente financiam os custos da expansão da pecuária. Nesse processo, a apropriação e a venda de terras públicas aparecem como uma forma de acumulação, que contribui para explicar a capacidade de investimento dos “fazendeiros”, e a capacidade de expansão da pecuária (IPAM, 2006, p.35).

Durante o processo de ocupação da Amazônia norte mato-grossense, em diferentes momentos históricos, foram utilizados diversos mecanismos jurídicos e sociais. Estes tinham por objetivos assegurar o acesso à terra e aos recursos florestais. Para tanto a violência contra os povos indígenas e camponeses foi apenas um dos elementos do complexo problema brasileiro e amazônico que é a questão agrária. A ocupação de terras na Amazônia norte mato-grossense combinou três elementos: a grilagem, a concentração de terras e a violência. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulga anualmente os conflitos referentes a terra, à água e ao trabalho rural (Tabela 01).

Tabela 01. Quantidade de conflitos, de famílias e pessoas envolvidas de 2004 a 2015 na Amazônia norte mato-grossense.

Tipos do conflito	Quantidade de conflitos	Ano	Famílias/pessoas*
Conflitos por Terra	7	2015	120
Conflitos por Terra	4	2014	110
Conflito por Água	1	2014	Sem registro
Conflitos por Terra	3	2013	24
Trabalho escravo	1	2013	8*
Barragens e Açudes	1	2013	64
Conflitos por Terra	1	2012	50
Trabalho escravo	3	2012	15*
Trabalho escravo	1	2012	600
Trabalho escravo	1	2011	Sem registro
Ocupações/Retomadas	1	2011	10
Conflitos por Terra	1	2011	185
Trabalho escravo	7	2010	32*
Barragens e Açudes	1	2010	Sem registro
Conflitos por Terra	5	2009	142
Ocupação	1	2009	50
Trabalho escravo	3	2009	31*
Trabalho escravo	9	2008	181*
Super exploração	1	2008	15*
Desrespeito Trabalhista	1	2008	8*

Conflitos por Terra	1	2007	110
Conflitos por Terra	4	2006	487
Conflitos por Terra	5	2005	547
Conflitos por Terra	1	2004	400
Total	64	-	3.360

Fonte: CPT, 2015.

De 2004 a 2015 foram registrados na região 64 conflitos por terra e água, 3.098 famílias envolvidas e 262 pessoas resgatadas do trabalho escravo em grandes fazendas na região. Dentre estes conflitos também foi registrado assassinato de líderes de acampamentos. Todos esses conflitos são decorrentes da ganância das elites, em especial dos políticos brasileiros. As elites apoderam-se de quase toda terra do país, à bala, quase sempre e já têm sob seu controle nada mais nada menos do que a metade do território brasileiro (OLIVEIRA, 2006).

A partir dos dados do Censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), é possível verificar uma concentração de terras na região. O número total dos estabelecimentos agropecuários familiares é de 11.484 unidades, que representam 87% de todas as unidades agropecuárias da região, enquanto que a área dos estabelecimentos familiares representa 2,72% o que equivale 702 922 ha. Em contrapartida, o número total dos estabelecimentos não familiares soma-se 1.708 unidades, representando aproximadamente 12% com uma área de 2.516.572 ha, equivale a 97,3%. Observa-se que mais de 68% dos estabelecimentos agropecuários da região possuem área superior a 100 ha (Figura 05).

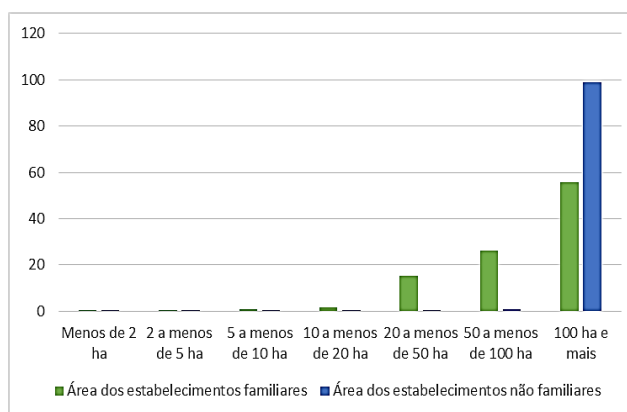


Figura 05. Percentual do número dos estabelecimentos agropecuários de oito municípios na Amazônia norte mato-grossense em 2006. Fonte: IBGE (2006).

Dos 2.516.572 ha da área total dos estabelecimentos não familiares, 98, 7% possui estabelecimentos acima de 100 ha. Para os 702.922 ha da área total dos estabelecimentos familiares, 55,91% possui 100 ha a mais (Figura 06). A maioria dos estabelecimentos familiares da região possui como principal atividade a pecuária, seja de cria-recria, engorda ou de leite.

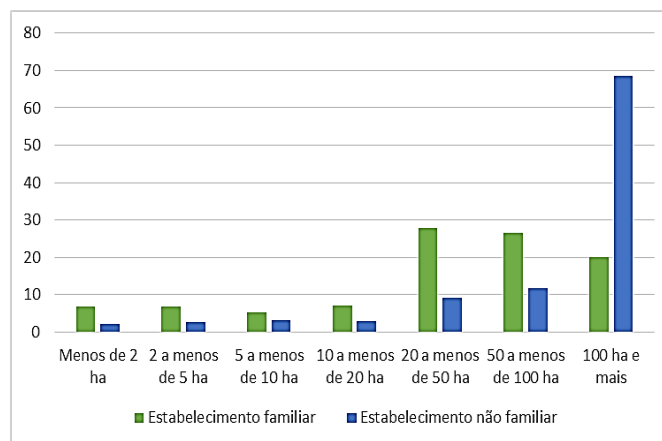


Figura 06. Percentual da área dos estabelecimentos agropecuários de oito municípios na Amazônia norte mato-grossense em 2006. Fonte: IBGE (2006).

Retrato dos assentamentos rurais da Amazônia norte mato-grossense

Os assentamentos rurais da Amazônia norte mato-grossense, são a consagração da luta e da conquista pela terra. Nesse sentido, são novas perspectivas de produção agropecuária, de produção e reprodução da vida camponesa, de renda, moradia e de condições dignas de vida e trabalho. Os assentamentos rurais são importantes iniciativas no sentido de gerar empregos e de estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas (BERGAMASCO e NORONHA, 1996).

De acordo com o INCRA (2016), nos oito municípios estudados, são 29 assentamentos, em uma área de 519.596,25 ha, com 7.770 famílias beneficiadas. Na média os lotes possuem 30 a 40 ha. São seis assentamentos estaduais (PEs) em convênio com o INCRA, um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS), um projeto de assentamento em conjunto (PAC) e 21 projetos de assentamentos federais (PAs).

Os assentamentos foram criados a partir de áreas de fazendas compradas, desapropriadas. Geralmente o processo de legalização formal da terra para reforma agrária é um processo lento e burocrático. Na região este processo é realizado pelo INCRA nas terras da União ou pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT) em terras do Estado.

Os assentamentos, em sua maioria, possuem áreas propícias à prática da agricultura e da pecuária, embora possuem áreas de afloramentos rochosos e áreas degradadas. Antes de conquistarem a terra, a maioria dos assentados morava nos próprios municípios da região. Muitas pessoas são provenientes de garimpos, da construção civil, do comércio e das fazendas para a conquista da terra (ICV, 2005).

Em média, 50% dos lotes que foram distribuídos nos assentamentos, já foram vendidos (ICV, 2005). Esse tipo de situação ocorreu em função das dificuldades iniciais dos agricultores se manterem na propriedade sem qualquer tipo de renda fixa, pela demora dos auxílios, pela falta (ou pela ineficácia) dos serviços de assistência técnica e extensão rural, pela falta de afinidade com o trabalho no campo e ainda pelas desavenças entre assentados sobre os limites de suas terras. Para Lamera e Figueiredo (2008), a sensível falta de apoio institucional e a distância da zona urbana, associada a péssimas condições das estradas de acesso foram responsáveis por grande parte do abandono dos lotes por parte dos beneficiários nos assentamentos do MT.

No processo de instalação dos assentamentos, as famílias desenvolveram as primeiras culturas para o autoconsumo e a subsistência como arroz, feijão, milho, café e

mandioca. Atualmente, a principal atividade econômica nas propriedades dos assentamentos é a pecuária extensiva, de produção de leite ou carne. A produção de leite é armazenada, seja de forma individual ou coletiva através de associações, em resfriadores através de associações, que garante aos assentados uma renda mensal, seja ela, alta, média ou baixa.

Além da produção de leite, as diárias recebidas por empreitadas nas fazendas do entorno representam outra importante fonte de renda, causando certa dependência de rendas geradas externamente à propriedade. Devido ao contexto tecnológico em que estão inseridos acredita-se que estes trabalhos externos sejam devido a necessidade de complementar a renda para sobrevivência da família, e não devido a substituição destes por tecnologias poupadoras de mão-de-obra (ICV, 2005).

Um dos principais problemas dos assentamentos da região é que foram criados em áreas distantes dos centros urbanos (ICV, 2005). Isso desfavorece o acesso aos serviços básicos como saúde, energia elétrica, educação e ao escoamento e comercialização da produção dos assentados. Além disso, outra dificuldade refere-se ao trânsito, ou seja, as estradas, principalmente na época da chuva, ficam intransitáveis. São estradas de chão, e geralmente, com péssimas condições de tráfego. Dessa forma o escoamento da produção e do próprio deslocamento das pessoas, ficam comprometidos. A descapitalização é outra dificuldade dos assentados, não suficientemente atendidos pelas políticas oficiais de crédito rural, pode ser um dos grandes motivos da insuficiência da renda gerada pela propriedade para manutenção da família do beneficiário (LAMERA e FIGUEIREDO, 2008).

Esse descompromisso e a desvalorização das famílias assentadas pelos governos (municipal, estadual e federal) tem levado ao desânimo de muitos assentados. Em alguns casos, as famílias estão arrendando suas terras para sojicultores. Assim, a soja incorpora, a cada dia, pequenas e médias propriedades rurais (CAVALCANTE, 2006). Seja através do arrendamento ou até mesmo da produção de soja para os grandes proprietários. Dessa forma, a soja está sendo terceirizada no Mato Grosso (BECKER, 2004).

Por outro lado, os assentamentos encontram-se num processo de regularização fundiária, de cadastro ambiental rural (CAR) e de recuperação de áreas degradadas, sejam de pastagem, ou de mata ciliar. Há um esforço por parte dos assentados e de ONGs e de instituições públicas em regularizar as terras dos assentamentos. Todavia, há alguns assentamentos, dentre eles pode-se destacar, os assentamentos Jacamin e Vila Rural I e II, no município de Alta Floresta, implantados em 2001 pelo Intermat e até hoje as famílias ainda não receberam seus títulos definitivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que o processo de ocupação da Amazônia norte mato-grossense foi uma estratégia do Estado brasileiro em conjunto com o Capital que utilizou da colonização privada como parte do conjunto de estratégias políticas que davam ampla margem de movimento ao capital das empresas particulares.

Na Amazônia norte mato-grossense predomina a grande concentração de terra, pois grandes quantidades de terras foram e continuam sendo compradas, griladas ou ocupadas por latifundiários, grileiros, fazendeiros e empresários. Os conflitos nessa região ainda aparecem em forma de trabalho escravo, de problemas trabalhistas, de atingidos por barragens, de mortes, conflitos por terra, acampamentos etc.

Podemos inferir que a situação de boa parte dos assentamentos rurais da Amazônia norte mato-grossense é precária. Além de graves deficiências na infraestrutura

e no acesso a serviços sociais observamos que parte expressiva da população rural depende de rendas geradas externamente a propriedade. Apesar dessa situação, a reforma agrária é essencialmente necessária para a resolução da questão agrária no Brasil que é tão antiga quanto a sua própria história.

Atualmente vivemos uma nova fase do “desenvolvimento” na região. Agora, as belezas cênicas são substituídas pelas cidades através do êxodo rural, da especulação imobiliária, do avanço da soja na região e pela construção de usinas hidrelétricas. Conseqüentemente os problemas sociais, ambientais e econômicos aumentaram na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Z.A. Sinop: território (s) de múltiplas e incompletas reflexões. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE.

BARROZO, J.C. (Org.). **Mato Grosso**. A (re) ocupação da terra na Fronteira Amazônica (século XX). São Leopoldo/RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

BECKER, B.K. **Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia**. In: MUSEU Paraense Emílio Goeldi. Ideias e debates 8. A geopolítica da soja na Amazônia. Belém: maio, 2004. Disponível em: <www.museu-goeldi.br>. Acessado em: 12 jun. 2005.

BERGAMASCO, S.M.P.P., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87p.

CAVALCANTE, M. FERNANDES, B.M. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **NERA**. Presidente Prudente, v.9, n.8, p.109-121 jul. / dez. 2006.

COSTA, R.H. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade**. (mimeo). Tese. 1995 (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, março de 1995.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo: 2004 a 2015. Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em 08/05/2016.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 319p.

GUIMARÃES NETO, R.B. **A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEM, 2002. 168p.

IBGE. (2006). **Censo agropecuário 2006**. Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. <[Http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)>. Acesso em: 26 fev. 2011.

ICV. Instituto Centro de Vida. **Assentamentos da reforma agrária no território Portal da Amazônia: características sociais, econômicas e ambientais**. Alta Floresta, 2005.

Disponível em: <<http://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2013/08/estudoassentamentos.pdf>>. Acesso em: 08/06/2016.

INCRA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. 2016. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em: <http://www.Incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios/sr07_rj.pdf>. Acesso em: 08/06/2016.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2006. 108p.

LAMERA J.A., FIGUEIREDO, A.M.R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: XLVI CONGRESSO DE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco. SOBER, 2008.

LOCATELLI, S.H. Diagnóstico e políticas para a reforma agrária na Amazônia. **Revista jurídica da presidência**. Brasília. v.8. n.78. p.2-39, 2006.

MORENO, G. **Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso**. 1993. 620f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVAL, A.A. **Estudo propositivo Território Portal da Amazônia**. Brasília: Fundação Cândido Rondon, 2005. 156p.

OLIVEIRA, A.U. **Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil**. 2006.

PERIN, K.L. **Escola, colonização e formação da identidade do colono: história e memórias da terra prometida de Alta Floresta – MT (1976-1982)**. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação no Instituto de Educação da UFMT) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256p.

RIBEIRO, J.D. **Colonização e garimpo: expropriação e violência no norte de Mato Grosso**. In: BARROZO, J.C. **Mato Grosso: do sonho à utopia**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

SOUZA E.A. Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira Amazônica. Estado e políticas públicas. **Tempos Históricos**. v.16, p.127–144. 2012.

VIEIRA, P.A.S. **No coração do Brasil: políticas públicas, desenvolvimento e colonização em Mato Grosso**. Cáceres: UNEMAT, 2005. 191p.

ZART, L.L. **Encantos, caminhos e desencontros: migração na Amazônia mato-grossense**. Cáceres: UNEMAT, 2005. 220p.